



MEDIAÇÕES URBANAS E SISTEMAS TERRITORIAIS: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MOVELEIROS DE PARINTINS (AM)

Urban mediations and territorial systems: the case of the Furniture Manufacturer Association of Parintins (Amazonas, Brazil)

Estevan Bartoli ¹

Gleudson Marques da Costa ²

Resumo

No presente texto demonstramos a existência do sistema territorial composto por conjunto de mediações (materiais e imateriais) que influencia a formação de territórios e territorialidades a partir da cidade. Analisamos a Associação de Moveleiros de Parintins (AMOPIN), questionando se, a partir da formação de projetos, reformulações organizacionais e maior interação com esferas variadas na cidade e entornos (dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais), o coletivo organizado constitui nova mediação para produção de territórios e constituição de territorialidades. Como resultados da pesquisa, foi demonstramos que o grupo encontra estagnação atual devido ao baixo grau de coesão interna e capacidade de recriar *links* de abertura com sistemas externos, mas denotando grande capacidade de mobilização de recursos que, mesmo com ausência de ambiente de inovação, originou a divisão do trabalho atual.

Palavras-chave: sistema territorial; cidade; territorialidades.

Abstract

In this text, it was demonstrated the existence of the territorial system composed by a set of mediations (material and immaterial) that influences the formation of territories and territorialities from the city. In an analysis of The Furniture Manufacturer Association of Parintins (AMOPIN), it was questioned whether, from the formation of projects, organizational reformulations and greater interaction with several spheres of the city and its surroundings (political, economical, cultural and natural dimensions), the organized collective constitutes a new mediation for the production of territories and constitution of territoriality. As research results, it was demonstrated that the group is in current stagnation due to the low degree of internal cohesion and ability to recreate opening links with external systems, but denoting a great capacity of resource mobilization that, even in the the absence of innovation ambience, led to the current division of labor.

Key-words: territorial system; city; territorialities.

¹ Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: estevangeo@hotmail.com

² Graduando em Geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas.



Introdução

O presente texto apresenta resultados de pesquisas relacionadas à existência de Sistemas Territoriais na cidade de Parintins, mais precisamente inserindo a proposta metodológica encampada em Bartoli (2017), relativa à análise do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR).

Investigou-se, a existência de sistemas territoriais compostos por um conjunto de mediações (materiais e imateriais) que influenciam a formação de territórios e territorialidades a partir da cidade. A formação de uma economia urbana “incompleta” (incapaz de sustentar populações a partir de atividades eminentemente urbanas) acabou suscitando que grande parte de vínculos territoriais fossem parcialmente mantidos ou reestabelecidos com interiores e áreas diversas do entorno através de novas condições de contextos existentes na cidade, sendo complementos para suprir a economia urbana.

Pescadores urbanos, carpinteiros navais, indígenas Sateré-Mawé e moveleiros, foram os grupos escolhidos para análise da existência do STUR (Ibid). Tais redes de sujeitos prosseguiram manejando recursos regionais através reconstrução de vínculos com território diversos e práticas espaciais. Adensando relações na cidade (comerciais, institucionais, acesso ao ensino, etc.), esta passa a ser *locus* principal para reprodução de suas atividades. Essa nodalidade, cada dia mais intensa, requer que o espaço urbano seja constantemente adaptado e transformado para que os sistemas territoriais funcionem ligando áreas interiores ao espaço intra-urbano.

No presente texto analisamos a Associação de Moveleiros de Parintins (AMOPIN), levantando o seguinte questionamento: a partir da formação de projetos, reformulações organizacionais e maior interação com esferas variadas na cidade e entorno (dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais), o coletivo organizado constitui nova mediação para produção de territórios e constituição de territorialidades? Tais mediações são tanto tangíveis (uso do espaço intra-urbano, técnicas, processamento de madeira, etc.) quanto intangíveis (saber local tradicional, avanços organizacionais, novas maneiras de interpretar o território com ganho de informações), dialeticamente ligadas.

Iniciamos discutindo o papel da cidade enquanto mediadora para constituição de sistemas territoriais influenciando no ordenamento territorial, onde a capacidade organizacional de cada grupo pode usufruir do ambiente urbano para avanços de relações territoriais qualitativos (zonais e relacionais).



Na sequência, traçamos o histórico da AMOPIN, que a partir da análise do grupo enquanto sistema aberto teve aprendizado e evolução de relações territoriais a partir de contatos e trocas com meios externos. Tal evolução encontra estagnação atual devido ao baixo grau de coesão do grupo e capacidade de recriar *links* de abertura com sistemas externos, propiciando baixa troca de informações, relações escalares e avanços técnicos.

No terceiro momento, descrevemos aspectos da mão-de-obra, técnicas utilizadas e processamento de madeira, compondo mediações do sistema territorial. Frisamos aspectos sobre o aprendizado informal da profissão dentro das movelarias, saídas criativas para limitações técnicas, e tipos de madeiras mais utilizados e espécies já em escassez.

Finalizamos elencando características gerais através dos critérios de análise empreendidos, demonstrando quais aspectos houve evolução ou estagnação do grupo, e as virtualidades e deficiências do coletivo na conformação de territorialidades para formação de territórios.

A cidade e seus Sistemas Territoriais

Questionamos a existência de um sistema territorial intermediário com dupla dinâmica. Uma é zonal e reticular. Utiliza pontos do espaço urbano como bases para ação enquanto nós que conectam a cidade a pontos diversos do território do entorno através de capilaridades hídricas (que chamaremos de *geometria zonal*). A outra é organizacional e relacional. Caracteriza-se pelo tipo de organização interna de cada grupo (como se organizam os sujeitos no espaço e enquanto coletivo de interesse), técnicas utilizadas, interação com outros agentes na cidade e no sistema em geral, relações com instituições diversas e posição na capacidade de construção de trunfos no ordenamento do território.

Tal sistema intermediário possui duplo papel na necessidade de complementar a economia urbana enquanto exerce ligação entre os pontos de extração de recursos regionais para a cidade. Ao passo que abastece e compõe a economia popular (feiras, comércios variados e pequenas indústrias), também abastece atividades dominantes de grupos mercantis urbanos (entrepostos pesqueiros, madeireiras e comércios locais). Ambas são atividades fortemente influenciadas pela demanda urbana por recursos. No interior dessa dinâmica, a capacidade de organização coletiva varia em cada grupo (coletivos organizados), indicando a interpretação recursiva para retomada de ações (cidade como recurso) e evolução das relações territoriais.



Organização social, coesão do grupo, relações com sistemas externos à cidade, evoluções técnicas, entre outras características, são apresentadas na noção de STUR detalhadas em Bartoli (2017), sendo critérios de análise: a) a relação histórico-cultural (“código genético”) e relações com o sítio e situação da cidade; b) relação com os recursos locais, capacidade de processamento e sustentabilidade; c) relações com o *milieu*; d) abrangência da área de atuação e influência econômica; e) capacidade de ativação do capital territorial, formação de “trabalho novo”; f) autonomia relativa frente às redes locais de poder e capacidade de criar relações em escalas variadas; g) coesão do grupo e recorrência/intensidade das ações, estabilidade da agregação e relações institucionais. h) grau de abertura do sistema frente à potencialidade de coevolução (formas de organização, trabalho, trocas de informação). São múltiplas dimensões que precisam ser organizadas enquanto variáveis e selecionadas para análise do objeto empírico. Cada grupo possui melhorias e retrocessos em determinadas variáveis.

Como exemplo, temos a organização do sistema territorial dos indígenas do Consórcio de Produtores Sateré-Mawé (CPSM) que estão paulatinamente reconectando o território zonal das cabeceiras dos rios Andirá-Marau na Terra Indígena ao nódulo relacional e estratégico da cidade (BARTOLI, 2015). Isso permite que o projeto do grupo não forme só um território descontínuo com ligação pela rede fluvial, ou topológico ligando pontos de interesse em sua malha de influência. A cidade passa a ter posição importante durante o processo de territorialização. Nela se desdobra o adensamento de relações para aprendizado organizacional possibilitando salto escalar na exportação do guaraná com atribuição de valoração simbólica tanto ao produto como ao sistema territorial que o mesmo atravessa. Nesse processo, vai se conformando a estrutura de um sistema aberto, dinâmico e com projeção política em processo de construção.

Assim, o grupo tem conseguido usar a cidade como “trampolim”, saltando antigas esferas de dependência locais. Isso fora o desejo de jovens estudantes na Licenciatura indígena de retornar a Terra Indígena enquanto professores, fato marcante nesse movimento contínuo de reterritorialização da etnia.

Esses apontamentos corroboram com a valorização que estamos dando ao ambiente interativo e relacional da cidade (*milieu*). Aqui reside o esforço de construção a partir da seleção de variáveis vinculadas à chave interpretativa das territorialidades, pois cada grupo desenvolve determinadas esferas junto ao *milieu* urbano. Os sistemas territoriais



são descritos, considerando os critérios supracitados elencados para avaliação do STUR, quanto às características que estariam estagnadas, nos dando possibilidade de comparar a trajetória evolutiva das territorialidades de cada grupo (BARTOLI, 2016; 2017). Por exemplo, um coletivo de sujeitos com ótima organização interna de seus componentes e grau satisfatório de coesão, mas que utiliza recursos que causam alto impacto ambiental (madeira ilegal, por exemplo). Ou grupos com fraquíssima organização e capacidade de formular seu projeto que, embora tenham ótimo uso de recursos regionais, são submissos ao sistema de preços e relações de poder de mercados locais. São desequilíbrios que a análise dos sistemas territoriais pode apontar.

Para o estudo dos sistemas territoriais, nossa concepção de evolução das relações está ligada à aspectos da territorialidade que cada grupo constrói. Esta é composta também pela capacidade de melhoria da organização interna para que o projeto do grupo obtenha avanços quanto à *qualidade das relações territoriais*.

A proposta de analisar a evolução nas relações e processos inerentes à formação de territórios que estamos contextualizando, exige diagnóstico inicial das relações de grupos na cidade. Estes sinalizam pistas de nexos territoriais, temporalidades, continuidades e rupturas, conexões em redes, tipos de técnicas utilizadas demandando atenção quanto à construção de suas ações. Práticas espaciais são estruturadas como possibilidades abertas pelas redes entre a cidade e territórios circunvizinhos diversos. Os grupos constroem redes, fluxos e tem a cidade como nó para ação e interpretação da “herança territorial”, que pode ser caminho experimental para novas práticas espaciais sinalizadas pelas já existentes.

No bojo do debate sobre sistemas, Bagliani e Dansero (2005) argumentam que o sistema local territorial (SLoT) aparece como o primeiro escalão de um sistema dinâmico multiescalar formado de mais níveis de agregação territorial integrados. Os autores destacam que são sistemas nos quais devem modelar-se em governanças territoriais. Os sujeitos não se reduzem à relação lugar-rede, ou local-global. Essa consideração é importante, pois está ligada à concepção de território ativado pelo cotidiano num processo iterativo trans-multiescalar capaz de produzir diversificações em vários níveis. Sistemas abertos complexos e evolutivos como as cidades dependem de uma gama variada de in-



terações em múltiplas escalas. Disso dependem trocas seletivas que permitam a reprodução interna do sistema, garantindo a perpetuação de suas características, como na auto-poiese.

Como modelo científico desenvolvido pelo chamado grupo de Turim³, o SLoT (Sistemas Locais Territoriais) propõe descrever a relação entre interação social, potencialidades do território local, governança e desenvolvimento. Através da rede local de sujeitos e suas relações com a especificidade territorial (*milieu*), busca interpretar ações, onde o território se comporta em certas circunstâncias como sujeito coletivo (DEMATTEIS, 1995).

As propostas de desenvolvimento local, como as de Dematteis (2005, 2007 e 2008) e Magnaghi (2010), são embasadas na valorização “genético-evolutiva” do território local. Isso seria resultado da longa interação de relações sociais atreladas ao sedimento territorial. Neste a cultura, as representações simbólicas e a relação com o *milieu* devem ser (re)valorizadas em projetos alternativos que, mesmo possuindo viés utópico, partem da reapropriação do saber contextual e comunitário na busca da *consciência do lugar* (MAGNAGHI, 2010b) por parte dos sujeitos e suas redes de cooperação locais. Evitar a nostalgia, “museificação” e práticas pseudo-conservativas torna-se necessário desde que se tenha a configuração do território entendida através da interpretação das relações tecidas pelos sujeitos. Dentro do contexto urbano formam sistemas que conservam memória histórica e de práticas produtivas, entre outras.

Tais contribuições de geógrafos italianos, embora em contextos geográficos tão díspares, são úteis para nos auxiliar na construção de modelos de análise de territórios e territorialidades que enfatizem a multiescalaridade, as temporalidades, as dimensões e processos atinentes a nosso objeto de estudo. Dematteis (2008) apresenta um guia metodológico para construção do modelo SLoT com centralidade no conceito de territorialidade ativa, valorizando as ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais objetivando construção de estratégias de inclusão. A construção do modelo partiu

³ Grupo de Turim – Itália, coordenado por Giuseppe Dematteis na Universidade de Turim, envolve vários pesquisadores importantes como Sérgio Conti, Ana Segre, Francesca Governa, Egídio Dansero, Carlo Salone, oriundos do Politécnico e Universidade de Turim e outras universidades, como Vincenzo Guarrasi, Bruno Vecchio e Paola Bonora.



de pesquisas empíricas sobre políticas públicas na Itália⁴. O intuito foi analítico e visou construção de base teórica que auxilie o planejamento territorial, resumidamente composto pelos seguintes elementos (DEMATTEIS, 2008, p. 36-37):

- i) rede local de sujeitos presentes ou ativáveis, que agem de algum modo como ator coletivo;
- ii) o *milieu* local como conjunto de condições favoráveis do contexto territorial que o opera a rede de sujeitos;
- iii) a relação de interação da rede local com o *milieu* e com os ecossistemas locais;
- iv) a relação interativa da rede local com redes globais.

Esses elementos indicam auto-organização do sistema local considerada como recurso endógeno (verdadeiro objeto de análise para cada sistema territorial) a ser conhecidos pelas políticas gerais de desenvolvimento.

Outra contribuição clássica sobre sistemas territoriais, Raffestin (1993) levanta que o sistema de ações ou de comportamentos se traduz numa produção territorial que faz intervir na tessitura, nó e rede (que constituem o território). Para o autor, tessitura, nó e rede são organizados hierarquicamente e permitem assegurar o controle, integração e a coesão dos territórios. Assim, constituem uma espécie de invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessitura, nó e redes, no estudo do STUR, devem estar coligados a nós mediadores, tessituras variadas (pelos tipos de territórios que são conectados à cidade, aldeias, comunidades, unidades de conservação, etc.) e redes hídricas.

Enfim, a utilidade desse tipo de abordagem reside em propiciar instrumental que auxilia o entendimento da *densidade de relações* que ocorre no território, pois redes de sujeitos locais podem construir oportunidades, *links*, cooperação, aprendizado e parcerias diversas a partir do ambiente interativo urbano.

A Associação de Moveleiros de Parintins (AMOPIN)

As unidades produtivas de móveis de Parintins reúnem alguns aspectos facilmente identificados dentro da noção de STUR. Muito ligados à economia popular, são unidades

⁴ PRIN: *Progetti di Rilevanti Interessi Nazionali*; MIUR: *Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca*.



pequenas; usam técnicas com poucos avanços apenas com adaptações locais produzindo ferramentas próprias; processam recursos regionais atendendo mercados locais. A partir da cidade, constroem uma pequena rede de extração de madeira e transporte em pequena escala, com pontos do entorno interiorano sob sua influência.

Com aprendizado em escolas já extintas, o repasse de conhecimento na profissão se assemelha hoje ao ambiente dos tilheiros (estaleiros navais com produção de embarcações em madeira), apresentando alguns problemas similares quanto à escassez de marceneiros experientes disponíveis para trabalhar. Outros aspectos do sistema territorial são mais difíceis de captar, como o problemático manejo de madeira e as inúmeras formas de transporte e retirada clandestinos. Isso nos remeteu a certo cuidado ao abordar e pesquisar a questão.

O projeto do grupo ainda resvala no baixo grau de abertura do sistema e poucas relações com ambientes externos. Disso resultou certa estagnação do grupo quanto à capacidade organizacional, técnica e trocas de experiências.

Com a derrocada do ciclo da juta e a preocupação por parte de lideranças locais em criar meios para o desenvolvimento de Parintins, o papel da Diocese da cidade ganha relevância a partir da década de 1960. Nesse período ela passa a organizar vários cursos profissionalizantes, entre eles o de marcenaria. Esse quadro foi sendo ampliado com influência da igreja católica em diversas frentes. Reforçou seu poder político⁵ na cidade e acabou tornando muitos setores da sociedade dependentes dessa mediação.

A atividade moveleira foi introduzida no município através da parceria entre os padres do Pontifício das Missões Estrangeiras (PIME) e a Associação dos Jovens Católicos (AJAC). Ambos pertencentes à Diocese de Parintins. Com a necessidade de fornecer educação profissionalizante para jovens, foi criada uma escola com cursos de marcenaria, carpintaria, serigrafia, mecânica e cerâmica. A sede era o Seminário João XXIII.

Um dos precursores da atividade, designado na época professor do curso de marcenaria, foi o sr. Mário. Conhecido localmente como “italiano”, responsável pela disseminação da profissão juntamente com outros dois marceneiros muito antigos e conhecidos na cidade: Chico Firmino e Zeca Brasil. Este último ainda está atuando na produção,

⁵ A igreja católica de Parintins possui controle do sistema Alvorada de rádio e telecomunicações. Nos últimos anos tem se posicionado de maneira conservadora, com posição política de apoio a prefeitos que mantiveram acordos variados com a Diocese.



já com idade avançada, mas enorme disposição e alegria em nos receber durante a pesquisa.⁶

Estes antigos mestres introduziram as primeiras máquinas industriais de atividades moveleiras obtidas do Estado do Pará. Tiveram a colaboração e parceria do empresário “Chico Ianuzzi”, na década de 1960. Foram passos iniciais para atividade moveleira na cidade.

Hoje Parintins dispõe de um polo moveleiro com 62 empreendimentos e cerca de 150 trabalhadores formais e informais. Constitui o maior polo moveleiro do interior do Amazonas. Localizados em parte no Polo industrial de Parintins, houve doação de terreno pelo poder público municipal no sentido de construir Parque Industrial na década de 1990. Em 1995 criou-se a primeira Associação de Moveleiros de Parintins (AMP). Sem avanços significativos, a entidade foi reativada em 2010, já com o nome de Associação dos Moveleiros de Parintins (AMOPIN) com 48 unidades produtivas.

A associação está inserida hoje no Programa de Regionalização de Móveis Escolares (PROMOVE), iniciativa do Governo do Estado do Amazonas, é promovida através da Agencia de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) para confecção da mobília escolar. Participamos de uma das assembleias da AMOPIN em 2015 que pautaria ajustes e demandas trazidas pelo representante da ADS. Alguns temas surgidos no debate denotaram tímida e insipiente consciência pelos produtores sobre a capacidade de impacto ambiental que a atividade exerce sobre o território sub-regional. Listamos na pauta da reunião os principais pontos levantados:

- reclamações por parte da ADS de não haver padrão de uniformidade no mobiliário entregue, atraso por parte de alguns membros e não entrega por parte de outros;
- falta de madeira e trabalhadores para cumprir a demanda das encomendas;
- impossibilidade de usar a estufa de secagem de madeira por parte dos associados, que só pode ser utilizada quando a madeira possui documentação de origem que comprove ser oriunda de manejo.

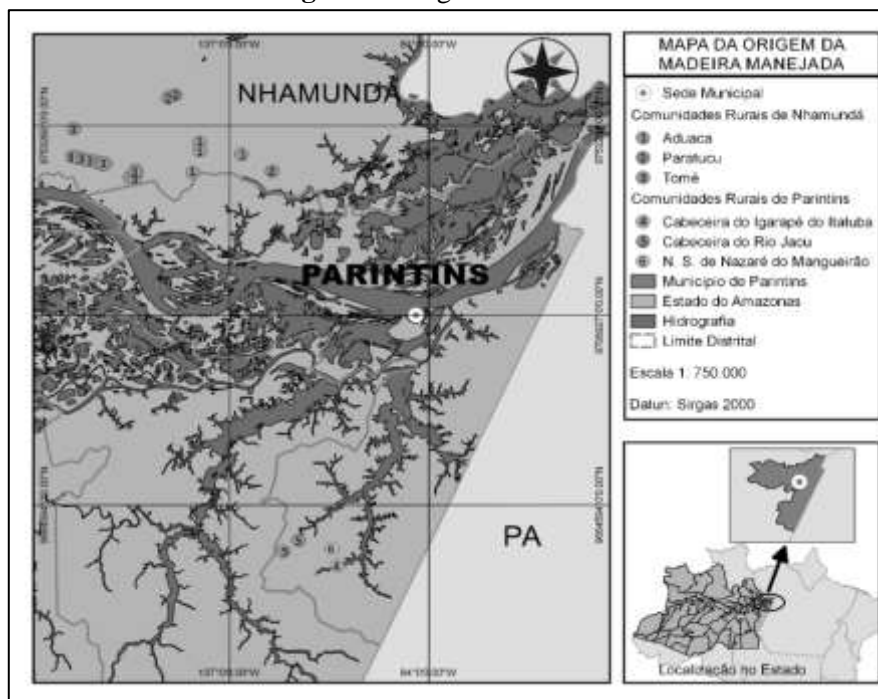
⁶ Dados históricos foram obtidos através de entrevista com o senhor Mário “italiano”, dono da maior madeireira da cidade atualmente, e com Zeca Brasil, na qual antiga movelaria ainda funciona no centro da cidade.



A origem da madeira foi um dos momentos tensos da assembleia. Ficou claro que grande parte é advinda de retirada ilegal, sem plano de manejo ou certificação. Isso é de grande preocupação por parte dos produtores que percebem a fragilidade do setor quanto à disponibilidade de madeira e seus estoques na sub-região. Assim como o fato de que a pressão dos órgãos de fiscalização (sucateados, desmontados e insuficientes para fiscalização local) que poderiam aumentar num futuro próximo no tocante a origem da madeira.

Evidências recentes (imagens de satélites e entrevistas com órgãos competentes como o IBAMA) apontam a crescente pressão sobre as áreas florestadas de Parintins e Nhamundá e que o estoque de madeira de lei está cada vez mais distante das margens de rios (Figura 1). A maior parte das áreas manejadas ocorre hoje no município de Nhamundá e a retirada clandestina acontece no alto curso dos rios que compõem a bacia do Uaicurapá (Parintins).

Figura 1: Origem da madeira



Fonte: IDAM (2015); Elaborado por Costa e Bartoli (2015)

Ponto importante de nosso argumento, embasado na capacidade que o sistema urbano possui de ordenar o território através de seus subsistemas, é que quantidade considerável de madeira que é consumida ilegalmente nas movelarias. Esse é um assunto delicado entre os proprietários da associação e órgãos de fiscalização locais. Ao longo



dos anos, muitas espécies que eram habitualmente usadas no setor escassearam e hoje dificilmente encontradas para extração, embora tenhamos averiguarmos uso em menor escala, como: cedro, muiracatiara e freijó.

A aplicação de questionários nos forneceu uma média da madeira consumida por espécie por ano (quadro 1). Isso indicou as espécies ainda abundantes e as mais demandadas e valorizadas com maior qualidade, durabilidade e beleza. O angelim é uma espécie de madeira muito valorizada por sua resistência às intempéries. Após secagem correta, apresenta leveza e durabilidade. É muito usada em esquadrias (portas, batentes e janelas) e deve receber acabamento antes de ser exposto, pois as variações de temperatura e umidade podem empenar a madeira. A muiracatiara é ainda mais resistente. De cor avermelhada, é muito utilizada na confecção de itens para cozinha e também esquadrias. Dados confirmaram sua escassez devido à intensa exploração e demanda constante pelas movelarias. Já o marupá é uma madeira abundante e facilmente encontrada nas movelarias. De coloração esbranquiçada e muito leve, é muito utilizada nas partes internas dos móveis não expostas à umidade ou como esquadrias internas, pois a mesma não resiste à ação da água. Outra madeira nobre, o freijó, apresenta coloração amarelada e rajada. Madeira leve e muito usada para todos os itens acima citados, com valor de mercado elevado devido à sua recente escassez.

Quadro 1: Consumo de madeira por movelaria em metros cúbicos no ano de 2015

Espécie: Nome popular	Espécie: Nome científico	m³/mês	m³/ano	Consumo: 48 movelarias (ano)
Angelim	<i>hymenolobium excelsum</i>	1,408	16,89	776,94 m ³
Muiracatiara	<i>astronium lecointei ducke</i>	0,52	6,24	287,04 m ³
Marupá	<i>simaruba amara</i>	0,44	5,28	242,88 m ³
Freijó	<i>cordia goeldiana Huber</i>	0,66	7,92	364,32 m ³
Total		3,036	36,33	1.671,18 m ³

Fonte: trabalho de campo (04/2015). Elaborado por Costa e Bartoli (2015).

É notável em diversas atividades com uso de madeira de Parintins a inexistência de certificados de origem, principalmente o Documento de Origem Florestal (DOF). Isso



ocorre mesmo tendo na cidade o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) como mediador para obtenção desse documento junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

A ausência de fiscalização que coloca em cheque a exploração por meio de manejo preocupa considerando a fragilidade dos mecanismos de controle, somado à distantes áreas onde ocorre a extração.

Tais fatores impelem fragilidade ao setor que passa a impactar negativamente no tipo de uso do território. Confere-se nesse consumo a demanda para extração ilegal sobrecarregando a capacidade de reposição natural das espécies. Já há uso de MDF quando ocorre falta de madeira no mercado local.

Mão-de-obra, Técnicas e Processamento de Madeira

De acordo com os dados da associação, apenas 48% das empresas estão atuando de maneira formal (quadro 2). Porém, as empresas que atuam na informalidade são as que mais geram empregos. As que atuam de forma legal dispõem de melhor maquinário, ferramentas e profissionais mais qualificados, propiciando maior segurança no desenvolver das atividades. Constatou-se que 26 funcionários (16%) exercem sua atividade em empresas formais e o restante em empresas informais totalizando 84%, ou seja, 133 funcionários de um total de 159 (Tabela 8).

Quadro 2: Empresas Formais e Informais na AMOPIN.

EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE	
	Absoluto	%
FORMAL	22	48
INFORMAL	24	52
TOTAL	46	100

Fonte: AMOPIN – organizado por Costa e Bartoli (2015).

Quadro 3: Quantidade de Funcionários formais e informais.

FUNCIONÁRIOS	QUANTIDADE	
	Absoluto	%
FORMAL	26	16
INFORMAL	133	84
TOTAL	159	100

Fonte: AMOPIN – organizado por Costa e Bartoli (2015).



A introdução das técnicas modernas veio ao longo dos anos alterando a velocidade e intensidade da extração de matérias-primas na Amazônia. Dos garimpos artesanais “manuais” para busca de ouro entre sedimentos ou cascalhos nos rios, avançou-se para balsas com potentes dragas que alteram e modificam rapidamente a paisagem, escavando relevos e barrancas. Do machado para retirada da madeira a motosserra que acelerou a velocidade de extração imprimindo maior retirada por homem trabalhando. Houve vínculos com outros tipos de maquinários, como o uso do trator para limpeza da área e posterior uso do *skidder* (tipo de trator específico para o arraste de toras de madeira).

No processamento da madeira, as técnicas também aumentaram a eficiência e a velocidade saindo dos antigos serrotes para as atuais máquinas semiautomáticas. Em nosso percurso analítico, é necessário averiguar a introdução de novas técnicas. A intenção é verificar o tipo de processamento que esse sistema territorial acarreta, em seu papel de mediador territorial, envolvendo trabalho (divisão social e territorial), processamento de matéria-prima regional e troca de informações.

O quadro 4 demonstra que o maquinário existente ainda é muito antigo e com grande parte das máquinas feitas de forma caseira pelos próprios moveleiros. As máquinas artesanais, segundo as entrevistas, foram construídas devido ao alto custo das máquinas profissionais para marcenaria. Esse maquinário caseiro chega a custar metade do preço e compra-se apenas o motor e o eixo. Um exemplo do improviso e necessidade de construir os próprios meios de produção, todavia a menor precisão nas tarefas e a ausência de mecanismos de segurança para os trabalhadores. Encontramos lâminas, serras e peças para desbaste de madeiras feitas de reciclagem de molas de carros antigos. Recursos criativamente transformados em instrumentos de trabalho. Essa arte do improviso, da adaptação frente à escassez, tem sido observada frequentemente nos sistemas territoriais analisados em Bartoli (2016 e 2017).

Quadro 4: maquinário artesanal em movelarias da AMOPIN

1 - Bancada de serra circular: primeira máquina para moldagem das peças, determinando a bitola para posterior aperfeiçoamento na plaina e desengrosso.

2 - Plaina: chamada de desempenadeira pelos marceneiros, serve para tirar as irregularidades das superfícies das peças. Nota-se a correia ligando o motor ao eixo que move a lâmina encaixada numa estrutura de madeira. Toda a estrutura é feita no local.



3 - Desengrosso: uma das máquinas que não tem a possibilidade de ser construída artesanalmente, pois necessita de maior precisão no desempenho de sua função e acabamento. As encontradas são muito antigas e com improvisado de muitas peças.

4 - Esquadrejadeira: desempenha função de dar a angulação desejada às peças. Simples de ser feitas artesanalmente com motor, eixo e rolamentos.

5 - Furadeira: comumente acoplada na bancada de serra onde se aproveita o mesmo eixo e motor, com a instalação de um mandril, que segura brocas.

6 - Tupia: usada para acabamentos de arredondamento nas extremidades das peças.

Fonte: trabalho de campo (03/2015). Elaborado por Costa e Bartoli (2015).

Os depoimentos revelaram que a plaina é um dos maquinários artesanais que mais gera acidentes. Não possui sistema de ajuste da lâmina de corte onde o marceneiro realiza o corte pretendido a “olho nu”.

As demais etapas são manualmente feitas com ferramentas elétricas, lixadeira e acabamento com selador e verniz, com uso da pistola e compressor.

As etapas de trabalho e divisão social são constituídas pelo marceneiro-chefe e os ajudantes, que realizam as tarefas de montagem e acabamento dos móveis. Tarefas que exigem maior precisão são feitas pelo marceneiro-chefe que interpreta o modelo dos desenhos e projetos encomendados. Trata-se de profissional disputado entre as movelarias por sua escassez devido a ausência de cursos profissionalizantes na cidade. A diminuição das movelarias como ambientes de aprendizado informal, como ocorria antigamente, também adensa a falta desse profissional. Hoje a fiscalização trabalhista proíbe essa prática. Em alguns casos, relações familiares mantêm o funcionamento das microempresas. O filho do proprietário passa a exercer o papel de marceneiro-chefe.

A secagem da madeira determina a qualidade do móvel (figura 2), não permitindo empenamentos, encolhimento e rachaduras. Esta é mais uma etapa ainda realizada de forma rudimentar, com as peças expostas ao sol ainda largas para evitar que empenem. Averiguamos que esse método acaba causando perda de madeira, pois ocorre ressecamento demasiado causando rachaduras indesejáveis durante os cortes.

Pelas entrevistas realizadas e participação em assembleias, ficou claro que a associação não possui integração de ações realizadas ou constituição de projeto coletivo que vise planejar o futuro e manutenção da atividade. Não são realizadas compras coletivas, trocas de informações ou experiências com grupos externos. Isso não origina ganhos entre os associados, aprendizado coletivo ou troca de informações e experiências.



Figura 2: secagem de peças de madeira.



Fonte: trabalho de campo.

Os gargalos encontrados são relativos à mão de obra, origem da madeira e falta de investimentos em tecnologia voltados ao processamento. Um dos proprietários de marcenaria nos relatou: “nós aqui estamos transformando joia em bijuteria”, ciente do uso de madeira de lei para fabricação de móveis de baixo custo e muito simples quanto ao acabamento e designer. A maior parte da produção destina-se a jogo de cozinha e armários vendidos em pequenas lojas da cidade.

Para comparação com sistema semelhante de marcenaria, visitamos site na internet de umas das empresas que destacam na produção de móveis de alto padrão no Brasil⁷. Esta tem custos oito a dez vezes maiores que os fabricados na AMOPIN. Há uma série de atributos e processos inseridos durante a produção de móveis de alta qualidade pela ETEL Marcenaria. Em 2001, esse fabricante tornou-se a primeira empresa moveleira do Brasil a conquistar a certificação do *Forest Stewardship Council* - FSC (Conselho de Manejo Florestal). Isso deu uma ênfase ao “ecologicamente correto” como parte da valorização simbólica dos produtos. Além do “selo verde”, a empresa agrega valor aos móveis com investimento em designer, aproveitamento de resíduos, conferindo “ar sofisticado” aos produtos (Figura 3).

⁷ Disponível em <http://www.etelinteriores.com/sobre_nos_certificacao.php> Acesso em 25/10/2015.



Figura 3: Móvel de Etel Carmona (esquerda) e AMOPIN (direita)



Fontes: «<http://www.etelinteriores.com>» e trabalho de campo.

Não é nossa tarefa indicar caminho a ser seguido pelos moveleiros pela complexidade do tema. Mas a reflexão faz-se necessária em geografia, pois dialoga com a temática do desenvolvimento territorial. Uma cidade com dinâmica ribeirinha intensa ligada a uso do entorno florestal urge a necessidade de formação de pactos territoriais a partir da cidade em consonância com as necessidades das populações do interior. A certificação madeireira e reflorestamento são inexistentes no baixo Amazonas, ocorrendo apenas planos de manejo.

Considerações Finais

Como subsistema territorial inserido no sistema urbano, a atividade moveleira se apresenta consolidada na cidade. Não possuem contatos ou trocas de informação com o exterior (renovação de tecnologia, *designer*, novos parceiros comerciais, etc.) ou instituições de pesquisa. Apesar desse “fechamento” relativo quanto à sua evolução técnica, demonstra claramente como o aprendizado técnico introduzido desde a década de 1960 induz a proliferação e formação de divisão social do trabalho.

Quanto aos impactos junto ao consumo de madeira ilegal, fica comprometida a capacidade de auto-reprodução do sistema territorial. Esse é um critério basilar segundo as ideias e postulados de teorias sobre sistemas territoriais (MAGNAGHI, 2010). Todavia, denota grande capacidade de mobilização de recursos que, mesmo com ausência de ambiente de inovação, originou a divisão do trabalho atual. Essas pequenas movelarias são mais uma manifestação importante da economia popular: atendem o mercado local,



possuem saídas criativas em diversas adaptações técnicas, e formam circuitos econômicos importantes para economia do município.

Essa fragmentação de usos e conexões no território é problema latente em cidades na Amazônia. O desafio reside em conectar biodiversidade ao nó urbano através de maior capacidade interativa.

O desenvolvimento do setor foi uma resposta a perturbações externas relativas ao declínio e quase extinção do ciclo da juta. Demonstra adaptação a novos contextos e é propício a avanços qualitativos de relações com o território. Isso caso tenham maior abertura construindo relações com o exterior da esfera municipal e sub-regional. Pouca atenção tem sido dada a essa atividade que, assim como a carpintaria naval possui potencial, pois ambos consolidados na cidade compõem importante circuito no interior do STUR.

Como caracterização final relativa aos critérios para análise da proposta do STUR, resumimos no quadro 5 características mais importantes dessa atividade.

Quadro 5- Caracterização das relações territoriais da AMOPIN

a) Relação histórico-cultural e relações com o sítio e situação da cidade.	Importância pela tradição de uso da madeira localmente, com trabalhadores habilidosos. Não dependem de relações com o sítio, mas começam a se beneficiar da situação da cidade enquanto polo sub-regional, com algumas movelarias iniciando vendas para municípios circunvizinhos.
b) Relação com os recursos locais, capacidade de processamento; relações com o <i>milieu</i>.	Uso de madeira e processamento ainda frágeis; <i>milieu</i> propício, mas faltando instituições de apoio; produtores ainda incapazes de aproveitar a estrutura urbana para dinamizar o setor.
c) Abrangência da área de atuação e influência econômica; capacidade de ativação de pontos no território.	Abrangência da área de atuação em localidades de extração de madeira é enorme e preocupante, com pontos atingidos não possuindo rede ativa de sujeitos capazes de planejar “retornos ao território” de maneira menos destrutiva. Consumindo variada gama de materiais das lojas locais, a influência econômica da AMOPIN é razoável.
d) Autonomia relativa frente às redes locais de poder; capacidade de criar relações em escalas variadas:	Baixa capacidade de organização e formação de projeto do grupo; não possui ações significativas para alterar o rumo do grupo através da capacidade de criar relações em escalas variadas.
e) Papel da cidade no processo de desenvolvimento para proposição de circuitos potenciais.	A cidade demonstra papel importante no processo de desenvolvimento desse circuito consolidado, potencial mediador para busca de qualidade nas relações territoriais futuras.

Fonte: BARTOLI (2017).



Referências Bibliográficas

BAGLIANI, M. e DANSERO, E. Verso uma territorialità sostenibile: un approccio per sistemi locali territoriali. In: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: Il modello Slot**, Milano, Angeli, 2005.

BARTOLI, E. **O Retorno ao Território a Partir da Cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins**. Tese de Doutorado: Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente: 2017.

_____. Cidades na Amazônia e o *milieu* urbano: reflexões a partir de sistemas locais territoriais em Parintins. In: BARTOLI, E. MUNIZ, C. PINTO, R. (Orgs.). **Parintins: Sociedade, Território e Linguagens**. Manaus: Edua, 2016.

_____. Ações indígenas Sateré-Mawé na cidade de Parintins (AM) e a formação de Sistemas Locais Territoriais urbano-ribeirinhos. In: **XIV SIMPURB**, Fortaleza. “Perspectivas e abordagens da geografia urbana no século XXI”, 2015.

COSTA, G. e BARTOLI, E. **Trabalho novo e uso dos recursos regionais: uma análise da dinâmica do circuito da madeira na cidade de Parintins/AM**. Monografia de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA / CES / Parintins- 2015.

DEMATTEIS, G. **Progetto implicito. Il contributo della geografia umana alle science del territorio**. Milão: Franco Angeli, 1995.

_____. Il sistemi territoriali in un’ottica evoluzionista. In: DEMATTEIS G. e F.GOVERNA, (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot**. Milano: Angeli, 2005, p.89-116.

_____. Paesaggio come “codice genético”. In: BALLETTI, F. **Sapere técnico, Sapere Locale**. Firenze: Alinea, 2007.

_____. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CORRIJO, B. e CANDIOTTO, L. (orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2010.

_____. **Montespertoli: le mappe di comunità per lo statuto del territorio**. Alinea: Firenze, 2010b.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1997.



MARUPIARA

REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO DE ESTUDOS
SUPERIORES DE PARINTINS

Trabalho apresentado em 13/02/2017

Aprovado em 04/06/2017